A APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS NO SERTÃO PARAIBANO: OS REGISTROS PAROQUIAIS NO MUNICÍPIO DE PATOS

Ellen Cristine Alves Silva Canuto¹

RESUMO

Neste artigo pretendemos discutir a aplicação da Lei de Terras de 1850 no município de Patos, através do uso dos Registros Paroquiais escritos entre os períodos de Março de 1855 até Junho de 1856, quando o então município tinha o posto de Vila de Patos. Assim procuramos analisar a importância desses registros dentro da perspectiva de levantamento de dados, não de forma puramente numérica, mais de forma estrutural, em busca de informações relacionadas à dinâmica de acesso a terra e afirmação de apropriação registrada nesse documento, para que possamos estudar a construção econômica e social no envolvimento da aplicação da lei, observando as diretrizes que essa documentação apresenta a fim de dialogar com a historiografia da História social os aspectos referentes às condições sociais, estratégias familiares, organização política eminente nessas declarações, e em que condições essa lei esteve presente nesta região.

Palavra-chave: Lei de Terras de 1850, Município de Patos, História Social.

Em 1850 houve um conjunto de diretrizes que obtinha o interesse em organizar a política de mão-de-obra no país, aonde a mesma já vinha sofrendo fortes pressões dos ingleses² sobre a prática escravocrata existente na produção agrária no Brasil. Para tanto segundo a historiadora Emília Viotti “A política de Terra e a da mão-de-obra estão sempre relacionadas e ambas, dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico [...]” (COSTA, 2007, p.171).

Viabilizando essa conjuntura a Lei de Terras se fez presente para que o Governo pudesse solucionar tanto a lacuna da mão-de-obra como para o controle sobre a posse de terra.³ Contudo a política de terra colocava em pauta a sua mercantilização objetivando a colonização estrangeira, ou seja, oferecendo para os colonos europeus um espaço de trabalho, usando-os como mão-de-obra e assim fazer das terras em desuso ditas devolutas, como propriedade do Governo e com isso somente ser adquirida a partir da compra⁴. Viabilizando uma mão-de-obra para o processo econômico do país, cujo motor dessa economia estava relacionado à cafeicultura⁵, e a centralização do Governo referente ao controle estava ligada a posse terra. Para tanto era necessário que as terras fossem declaradas para que a praticidade da lei saísse da teoria e pudesse ser colocada em prática.

Partindo dessa discussão analisamos o livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Nossa Senhora da Guia da Vila de Patos, objetivando estudar como essa lei se fez presente nessa região. Trazendo alguns exemplos de declarações que nos ajudaram a

¹Graduada em Licenciatura em História na Universidade Estadual da Paraíba- UEPB;
Mestranda em História na Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Orientador: Profº Dr. Cristiano Luiz Christillino do Departamento de História – UEPB;
Trabalho de conclusão de curso e Projeto de Iniciação científica-PIBIC

² Conforme COSTA (2007)

³ Ver em CARVALHO (2013); COSTA (2007).

⁴ Segundo consta na Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 e no Art. 1.º

⁵ Tendo em vista que ao falar em um motor econômico atribuído a cafeicultura é relacionado às lavouras na então região do Sudeste, obviamente não de forma generalizada, mais na discussão que circundavam em buscar mão-de-obra para suprir essa produção, porém temos em mente que a agricultura no país no século XIX é diversificada e propriamente no sertão paraibano havia uma grande existência do uso da terra para a pecuária. Conforme vimos nos relatórios de presidentes de províncias como também em Silveira (1984).

investigar a importância sobre a posse de terra. Usamos apenas alguns fragmentos que auxiliarem na construção desse trabalho partindo do estudo sobre a construção econômica e social no envolvimento da aplicação da lei, observando as diretrizes que essa documentação apresenta. Estudo realizado como pesquisa do PIBIC e que levou ao trabalho de conclusão de curso da minha graduação.

Essa documentação se faz importante porque contém inúmeras informações no qual fornece subsídios sobre a população dessa região no período imperial. “[...] as fontes documentais nos mostram grande quantidade de personagens de todos os tipos, o que é suficiente para descrever uma comunidade e seus comportamentos [...]” (LEVI, 2000, p. 89). Verificando a abrangência de informações sobre a posse de terra no qual a cultura da sociedade se firmou uma descrição que está presente nas declarações, a partir das terras herdadas, mostrando a presença de uma sociedade hereditária, a busca de expansão dessas posses com a articulação dos herdeiros somada à compra em suas confrontações. Ajudando-nos a descrever as condições presentes na formação social dessa região, onde “A terra continuava a ser o índice de influência, o plinto sobre o qual se erigia o poder [...]” (THOMPSON, 1998, p. 25). Sendo a terra a base para o poder.

Tavares mostra que, antes da Lei de Terras, o processo de aquisição de sesmarias na Província da Parahyba, em muitos casos, era realizado por um pedido feito ao governo tendo como finalidade criar gados ou plantar. Referente a esse sistema temos casos no sertão, a exemplo:

Victorino Cordeiro da Cunha, morador no continente da villa de Pombal, ribeira do Piancó, diz que possui seus gados sem terras em que os possa accommodar e porque entre os providos da fazenda das Brotas, Cavallette e Caiçara sitas na mesma ribeira, se acham terras de sobra a mais da que lhe foi concedida, pede por sesmaria, com a extensão de mais de três léguas em que se pode fazer nova povoação, e pretende que se lhe conceda as ditas terras de sobra e aquellas que incluir três léguas de comprimento e uma de largo, meia para cada banda, ou como preferir, fazendo do comprimento largura ou vice-versa, confinando com os ditos providos de uma e outra parte. Foi feita a concessão em 15 de Junho de 1777, por Joaquim José de Mello Castro. (TAVARES, 1911, p.500-501)

Dentro desse contexto o pedido de sesmaria era deferido com a argumentação das práticas de criação de gado, forte economia na região como também o cultivo do algodão e já no século XIX com o trigo⁶. Contudo o uso da terra como prática de cultivo para colonização muda de cenário com o fim do sistema de sesmarias que “[...] significou também o reconhecimento da importância do cultivo para a legitimação de uma ocupação [...]” (MOTTA, 2008, p. 136). Aonde a Lei de Terras chega com a finalidade de demarcar as terras em uso, dando esse reconhecimento sobre as terras privadas, em cultivo, e definindo as terras em desuso, como posse do Estado.

O Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Patos teve abertura em 12 de Julho de 1854, elaborado pelo vigário Manoel Cordeiro da Cruz, contendo 559 registros, onde conseguimos transcrever 553 deles, o que nos permitiu analisar vários aspectos correspondentes ao construto do município de Patos no entorno da posse de terra.

Observando que o uso das propriedades para plantar, criar, continuava exposto como fator de posse, mesmo não sendo uma característica expressiva nas declarações, esse indício de uso está presente em 12 registros, como no exemplo do declarante Manoel Garcia de Medeiros que possui três partes de terras no sítio Cacimba Velha, onde declara que são terras de criar. Já o declarante José Joaquim Álvares declara possuir cento e sessenta mil reis de terras de plantar na data da Baixa Grande.⁷ Sendo a criação de gado um fator econômico

⁶Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba Typographia. De José Rodrigues da Costa, 1858.

⁷Registro Paroquial de Terras do Arquivo Público da Paraíba. Declarações nº 207 e nº 137(grifos nossos).

importante na região, Silveira (1984) aponta que a lavoura também se faz presente e o cultivo do algodão, nesta região, é explorado dentro de pequenas propriedades.

Identificamos que os registros são marcados de acordo com os seus declarantes e que os mesmos omitiam suas marcações, ou seja, em alguns registros eram ignorados tanto as extensões como os limites da terra. Porém a informação sobre as extensões de terras era facultativo, expressa no Regulamento de 1854, que deixou brechas para que o declarante não necessitasse informar a extensão de suas propriedades e assim colocar como bem entende suas delimitações.⁸ Portanto, por não terem essa preocupação em delimitar o seu território, os declarantes ignoravam as extensões no ato da declaração.

Com a falta de informação sobre os dados de extensão, em alguns registros até mesmo os limites eram ignoradas, conforme foi citado, se tornando difícil delimitar essas terras. Entretanto podemos observar através das confrontações, que existia “[...] uma polarização de grandes terrenos pontilhados de pequenas propriedades fragmentadas [...]” (LEVI, 2000, p. 95), porque em muitas terras havia grande quantidade de possuidores como herdeiros, o que caracterizava uma fragmentação dessas terras que por sua vez eram expandidas com a prática da compra, onde muitos herdavam e logo em seguida compravam as terras de outros parentes para com isso conseguirem aumentar o seu domínio territorial, pois o que mais interessava era manter o poderio da família na região.

Analisamos nos registros que o processo de compra e venda entre herdeiros exercia um número expressivo, pois no âmbito social, o município de Patos se formou sobre um aparato “mercantilista”, “[...] Havia um certo processo de fracionamento da grande propriedade, como resultado da partilha entre herdeiros [...]” (SILVEIRA, 1984, p. 174). Tendo em vista que dentre os registros transcritos 353, ou 63,8%, eram terras herdadas, e ainda 20 deles eram terras herdadas seguida de compra, para ampliar a expansão de terra. Onde “A propriedade da terra era uma importante garantia. Foi essa certeza que levou muitas famílias a acumularem o número máximo de concessões [...]” (CHRISTILLINO, 2010, p. 198). A compra de terra entre herdeiros era uma constante revelada nos registros, como por exemplo, os declarantes, Felipe João de Lucena e sua mulher Joaquina Maria da Conceição que herdaram duas partes de terras, sendo uma de cada lado da família e ainda ampliam essa posse a partir de compras realizadas a parentes, como tio, tia, irmão, cunhado. Adquirindo mais cinco partes por compra entre familiares, totalizando sete partes de terra em suas mãos, articulando dessa forma a maior posse terra sobre o sítio.⁹

Como também o declarante Antonio de Oliveira Cabral que herda uma parte de terra e compra a outra metade do seu irmão, como mostra a citação abaixo:

Faço textualmente o registro da declaração seguinte, Antonio de Oliveira Cabral e sua mulher Miguelina de Oliveira e Angelina, declaram ser possuidores no sítio de S. Bento desta Freguesia de Pátos de trezentos mil reis de terras, **por as ter comprado metade a Severino de Oliveira Cabral e metade outra herdado por falecimento de meu finado pai, Thomas Vieira de Oliveira**, cuja limites são da parte da nascente com o sítio do Bonfim, para o poente com o sítio de Mãe D’Água, para o sul com a Serra da Borborema e para o norte com terras da Fazenda da Cruz, sítio de S. Bento 23 de Abril de 1855, Antonio de Oliveira Cabral. Apresentado, conferido e registrado a folha 5 do livro de registro pg. Deste 1:000 reis. Villa de Pátos 28 de Abril de 1855. Vigário Manoel Cordeiro da Cruz.¹⁰

A mercantilização da terra se fez presente, porém com a preocupação em ampliar o poder sobre a posse de terra mantendo-a sobre o poderio familiar. Seguindo essas premissas o

⁸Conforme o Art. 100 do decreto n.º 1.218, de 20 de Janeiro de 1854.

⁹ Registro Paroquial de terras do arquivo público da Paraíba. Declaração N° 13

¹⁰ Registro Paroquial de terras do arquivo público da Paraíba. Declaração N° 19. (grifos nossos)

mesmo declarante a cima compra outra parte de terra entre os seus limites, viabilizando o aumento de sua extensão de posse e com isso ampliando a terra a ser herdada. Para tanto Antonio de Oliveira Cabral compra outra parte de terra do sitio Mãe d'água, o mesmo que faz limites com o sitio acima herdado e comprado de seu irmão.¹¹

As estratégias familiares foram sendo manuseadas para criar uma base de parceria entre a ação social familiar “[...] A sua base era a procura de segurança, na qual a conservação de um status era a sua transmissão de geração em geração.” (LEVI, 2000, p. 99). Na procura por uma articulação gerada pelo comportamento de manter o controle sobre o aspecto social, cultural. Assim “O espaço do poder familiar em Patos ia sendo fabricado a partir dos interesses políticos e econômicos e simbolicamente demarcados nas doações, cujos registros permanecem na história da cidade” (CAVALCANTE, 2008, p. 34).

Tendo vista que o município foi sendo construído a partir de uma doação de terra para a construção da capela fornecida por famílias importantes, que visava agregar benefícios políticos e econômicos para região e conseqüentemente para seus pares.

Nesse contexto podemos verificar a importância da terra recebida como herança e a articulação da compra como forma de se manter atuante na sociedade, em busca de ampliar seu poder econômico e social. Esse método expressa uma hierarquia sobre a terra, e os direitos exercidos sobre ela, para a permanência de uma propriedade privada, sem terras em desuso.

Desde modo a estratégia familiar prevalece entre a posse de terra, pois a base estava em manter seguro suas terras. Sendo observado, segurar a posse por herança seguida de compra para a manipulação e afirmação da terra é uma forma de por em prática as diretrizes da lei que formulava a mercantilização da terra, porém seguindo a conduta localista de usar esse mecanismo como fator de favorecimento para ampliação da propriedade.

Podemos observar que essa organização familiar esta baseada na segurança de conservar as terras que serão passadas em geração a geração.¹² Pois com as normas regulamentadas pela Lei de Terras, as estratégias familiares resistiram em uma “associação” para manter a preservação do poder familiar sobre as terras.

Os recursos de controle sobre a terra é visível dentro do processo de declaração. Nesse caso observamos também a existência de varias propriedades no nome de um só dono, como por exemplo, o registro do declarante Capitão José Raimundo Viera e sua esposa Clemência Maria de Jesus, que declararam serem possuidores de 75 partes de terras, com datas de aquisição desde 1827 até 1856 todas contidas em uma só declaração, sendo duas adquiridas por pagamento de dívidas em inventário, uma por permuta e as outras 72 partes por compra.¹³ Um grande patrimônio marcado por uma articulação através da mercantilização da terra, onde posteriormente será herdada. Como já podemos constar em uma doação feita pelo mesmo declarante ao seu genro e filha de uma parte de terra em uma das localidades que o mesmo comprou¹⁴. Essa extensão de terra foi realizada por meio de compra a vários herdeiros, em sua maioria, de uma mesma propriedade, ou em outro sítio, porém pertencentes à mesma data, assim analisamos que “[...] a propriedade só assumia o seu valor dentro de uma estrutura particular de poder político, influência, interesse e dependência [...]” (THOMPSON, 1998, p. 33). Provando a preocupação em estender sua propriedade a fim de ampliar o seu poder local, pois a posse de grandes propriedades rurais, como propriedade absoluta, era inteiramente segura e hereditária. O fator de compra estava associado ao sistema hereditário, onde posteriormente esta terra adquirida pela comercialização, seria passada entre gerações.

¹¹ Registro Paroquial de terras do arquivo público da Paraíba. Declaração Nº 20.

¹² Conforme Levi (2000).

¹³ Registro Paroquial de terras do arquivo público da Paraíba. Declaração Nº 372.

¹⁴ *Ibidem*, nº 429

A expansão da terra estava também relacionada com uso da compra não puramente comercial mais sim com propósitos localista, como forma de assegurar a posse terra entre as famílias da região, caso este presente no exemplo do declarante Serafim de Souza Rapozo que amplia a suas terras a partir de compras realizadas entre os seus vizinhos, ou seja, não como forma de colonização, instruída na lei, mas como propriedade que será conduzida para fins hereditários.

Faço textualmente o registro da declaração seguinte **Serafim José de Souza Rapozo** declara ser possuidor na data S. José da Freguesia de Pattos de vinte mil reis de terras, cuja extensão ignora **por as ter comprado a Gonçallo Nunes da Costa e sua mulher Antonia Pereira Viana** por em diviso com os demais possuidores da mesma data, **que limita a nascente com a data da Mãe D'água**, ao poente com do coronel João Leite Ferreira, ao sul com a data da Conceição e ao norte com a data da Serra de Pedro Velho. Sitio da Goiabeira 20 de Abril de 1855, como procurador de Serafim José de Souza Rapozo, José de Araújo Souza. Apresentado, conferido e registrado a 4^an do livro de registro, pg 918 reis. Villa de Pattos 28 de Abril de 1855. Vigário Manoel Cordeiro da Cruz.

Faço o registro textualmente da declaração seguinte, **Serafim José de Souza Rapozo declaro ser possuidor na data de Mãe D'água** da Freguesia de Pattos de setenta e cinco mil reis de terras, **por as ter comprado vinte e cinco mil reis a Francisco da Silva Torres e sua mulher Antonia Maria de Oliveira e cinquenta mil reis a João Francisco de Sá Mororó e sua mulher Maria Bernadina da Conceição** por herdeiro com os demais possuidores da mesma data que limita ao nascente com o sítio S. Bento, para o poente com a data de S. João, para o sul com a Serra Boa, para o norte com terras da fazenda de Couro. Sitio da Goiabeira 20 de Abril de 1855, como procurador de Serafim José de Souza Rapozo, João de Araújo Souza. Apresentado, conferido e registrado a fl^a4 do livro de reg. e pg 1658 reis. Villa de Pattos 28 de Abril de 1855. Vigário Manoel Cordeiro da Cruz.¹⁵

Essas declarações mostram elementos que identifica a dinâmica de afirmação da posse de terra, como foram adquiridos, seus limites e a sua apropriação, colocando a compra como fator de extensão dessa propriedade. A garantia de sua herança, e mais, de sua posição na região. Desde modo podemos analisar as negociações para extensões de suas propriedades, mesmo sendo de cunho menor, era necessário registrar para não ter possibilidade de perder, pois “[...] os registros paroquiais inauguravam o processo de legitimação das posses [...]” (MOTTA, 2008, p. 181). Até mesmos entre os herdeiros dos ditos pioneiros na região, no Sitio Pedra Branca, território de início da povoação, precisavam declarar em registros suas terras. Nesse processo “[...] o fluxo material dos bens, da terra em particular sanciona as relações sociais [...]” (LEVI, 2000, p. 155).

Essas relações estão estabelecidas por um controle da terra, que em sua posse trazia consigo a simbologia de poder, e a estratégia familiar para a permanência dessa era marcada pelo patrimônio herdado agregado na transação de compra e venda marcada, principalmente entre parentes. Essa compra é um processo de extensão de terra, pois o mesmo declarante faz registro de outras partes de terra na mesma localidade no qual também adquiriu mediante compra. Onde a mesma representa a atuação que articular a circulação da terra familiar, “[...] cuja compra de terras era um fator essencial no jogo da diversificação das atividades [...]” (LEVI, 2000, p. 146). Essa prática era um processo permanente para a preservação de terras nas mãos da família, que defendiam o poder econômico assegurado pela propriedade.

[...] Apesar da força da questão familiar ou da reciprocidade no comércio de terras, além do interesse no poder pessoal e no prestígio social que o acesso a esse bem poderia proporcionar, a atenção no retorno econômico influía cada vez mais nas transações, especialmente no final do XIX. Ao longo daquele século, o Brasil

¹⁵ Registro Paroquial de terras do arquivo público da Paraíba. Declarações Nº16 e Nº17

acompanhou uma longa transição para a consagração da propriedade privada da terra [...] (CHRISTILLINO, 2010, p. 327).

Analisando esses registros verificamos que a permanência de uma organização familiar em prol da terra foi o elemento marcante para a consolidação social e econômica da região, como também a articulação no mecanismo hereditário como fator preponderante na posse no processo de iniciação da legitimação da terra.

A historiografia referente ao debate sobre a Lei de Terras conduzem discussões importantíssimas para o entendimento da sociedade brasileira no século XIX. O envolvimento da lei mediante sua dinâmica de posse de terra, trazendo indagações sobre os entraves, disputas e discussões para a aplicação dessa lei. Trabalhos como o de Marcia Motta (2008) que mostra as disputas judiciais entre fazendeiros e posseiros, têm também a discussão sobre a importância dessa lei na consolidação política da coroa na região sul do país e a estrutura fundiária na mata pernambucana com os estudos de Cristiano Christillino (2010/2012), como também os embates políticos apresentados por José Murilo de Carvalho (2013) e os entraves sociais discutidos por Emília Viotti da Costa (2007).

Porém com relação à Paraíba esses estudos ainda são recentes, nos clássicos paraibanos como, alguns exemplos, Joffily (1977), Maximiano Machado (1977), Wilson Seixas (2004), José Octávio de Mello (1995) não há menção sobre a lei. O que levantamos é uma discussão sobre a aplicação dessa lei no sertão paraibano, algo que ainda não foi realizado e que dá espaço para vários estudos com relação a essa trajetória que foi uma contribuição para o entendimento sobre a importância da posse de terra na região, sua afirmação como propriedade privada não apenas em marcações e acordos nominais, mais sim como registros formais para a afirmação de posse dessa propriedade mediante o Governo. Como esses proprietários conseguem formular essa lei mediante seus interesses a partir dos registros paroquiais.

Contudo fazer um levantamento usando documentos nos quais ainda não foram trabalhados, é uma tarefa difícil e árdua, parece mais uma “quebra-cabeça”, onde vamos procurar em suas peças, ações, contextos, paradigmas que nos ajudam a formular, entender, buscar em suas escritas a sua formação cultural, social, política e econômica que contextualize sobre a trajetória histórica da região.

Os Registros Paroquiais de Terras da Vila de Patos corresponde à procura da população em legitimar suas posses de terras, nesse processo vimos que nesta região os recursos de poder sobre a terra predominavam na prática hereditária, ou seja, a maior parcela das declarações que justificam a posse de terra é adquirida por herança. Uma prática que se sobrepõe ao sistema de compra e venda, sendo está associado à expansão territorial, no qual essa atividade auxiliava como uma alavanca para a obtenção de outra parte de terra, que posteriormente sua totalidade serviria para manter a posse de terra por herança.

Para essa afirmação de poder, podemos verificar a contextualização da família como perscrutora nesse processo de direito sobre a terra, ao qual mostramos através da análise dos registros a articulação entre a terra herdada e a terra comprada na mesma data de terra, o que confirma a vinculação da aplicação da lei, no aspecto da compra, como uma vertente para a preservação da terra nas mãos da família, conservando a propriedade privada.

FONTES

Fontes Manuscritas:

Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa Senhora da Guia da Vila de Patos

Fontes impressas:

Lei de Terras Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850

Regulamento: Decreto nº 1.218 de 20 de Janeiro de 1854

Relatório do Presidente de Província:

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan*. Parahyba Typographia. De José Rodrigues da Costa, 1858.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e Freguesias da Paraíba - Notas acerca da divisão administrativa, jurídica, eclesiástica**. Campina Grande: Edições Caravela; Núcleo Cultural Português, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial**. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2013.

CAVALCANTE, Vilma Lúcia Urquiza. **A centralidade da cidade de Patos-PB: Um estudo a partir de arranjos espaciais**. Dissertação de Mestrado em Geografia. João Pessoa: PPGG/UFPB, 2008.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **A zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX**. *CLIO- Revista de Pesquisa Histórica*. Pernambuco, nº 30.2, p. 1-33, 2012

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese de Doutorado em História. Niterói, Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8ªed. São Paulo: UNESP, 2007.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos Interétnicos**. Dissertação de Mestrado em Geografia. João Pessoa: PPGG/UFPB, 2006.

GURJÃO, Eliete de Queiroz e LIMA, Damião de. **Estudando a história da Paraíba**. Campina Grande: EDUEP, 2001.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1977.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUCENA, Damião. **Patos em revista**. Edição histórica, 2011.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. Vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. João Pessoa. 3º ed. Editora Universitária/UFPB, 1995.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito a Terra no Brasil do Século XIX**. 2º ED. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

SEIXAS, Wilson Nobrega. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

TAVARES, João de Lyra, **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar, volume II, 1911.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.